



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Em conformidade com Art. 19. Do Decreto N° 10.829, de 05 de outubro de 2021.

INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome: ANDRESSA DO NASCIMENTO

Cargo efetivo:

Cargo comissionado: DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DO ACESSO A PROGRAMAS SOCIAIS DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG

Conclusão: 2013

Curso: DIREITO

Instituição: UNIVERDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB

Conclusão:

Curso: PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO

Instituição: GRAN CURSOS

Conclusão: 2025

Currículo no Lattes (link):

https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=9D4A4C923149B9B6B004F0A11BFAD90F#

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Empresa/Órgão: CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS

Cargo: ASSESSORA PARLAMENTAR

Período: 03/2023 A 09/2023

Descrição:

Empresa/Órgão: GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA / VICE GOVERNADORIA

Cargo: CHEFE DE GABINETE DA VICE GOVERNADORA

Período: 08/2021 A 01/2023

Descrição:

REQUISITOS LEGAIS/OBRIGATÓRIOS (DECRETO 10.829) (marcar todas as opções em que se enquadrar)

Não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990

Experiência profissional de, no mínimo, seis anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;

Ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança equivalente a CCE de nível 13 ou superior em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, seis anos;

Possuir título de mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função.

Ter realizado ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da economia, com carga horária mínima de cento e vinte horas.

Enquadra-se na hipótese prevista pelo art. 21º do Decreto 10.829

Dispensa excepcional dos critérios

Art. 21. Os critérios de que tratam os art. 16 a art. 19 poderão ser dispensados, justificadamente, pelo Ministro de Estado titular do órgão ou da entidade vinculada em que estiver alocado o CCE ou a FCE, de forma a demonstrar a conveniência de dispensá-los em razão de peculiaridades do cargo ou do número limitado de postulantes para a vaga.

Parágrafo único. A competência de que trata o caput será exercida:

I - no âmbito do Banco Central do Brasil, pelo Presidente do Banco Central do Brasil; e

II - no âmbito dos órgãos subordinados diretamente ao Presidente da República cujo titular não seja Ministro de Estado, pela autoridade máxima do órgão.